Terras do Côa

da Malcata ao Reboredo

os valores do Côa

Ficha Técnica

Título
Terras do Côa / da Malcata ao Reboredo
Os Valores do Côa

Promotor e Editor
Estrela-Côa – Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda

Concepção e Coordenação
Parque Arqueológico Vale do Côa

Fotografia e Secretariado
Centro Nacional de Arte Rupestre

Edição co-financiada por
Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA)
Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR)

Design Gráfico
José Luís Madeira

Execução
SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia

Tiragem
1500 exemplares

Depósito legal
124831/98

ISBN
972-97832-0-9

1998

Fotografia da capa
Gravura rupestre de 1944, Foz do Rego da Vide, Vale do Côa (CNART)

Terras do Côa
Da Malcata ao Reboredo

Coordenação:
Alexandra Cerveira Pinto S. Lima

Fotografia:
Manuel Almeida

Autores:

Alexandra Cerveira Pinto S. Lima
Mestre em Arqueologia (Instituto de Conservação da Natureza, colaboradora do Parque Arqueológico Vale do Côa)

Ana Margarida Carvalheira
Mestre em História de Arte

António Faustino de Carvalho
Mestre em Pré-História e Arqueologia (Parque Arqueológico Vale do Côa)

António Martinho Baptista
Arqueólogo (Director do Centro Nacional de Arte Rupestre)

Fernando Maia Pinto
Arquitecto (Director do Parque Arqueológico Vale do Côa)

Francisco Sande Lemos
Doutorado em Pré-história e História da Antiguidade (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)

Gaspar Martins Pereira
Doutorado em História Contemporânea (Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; coordenador do Grupo de Estudos Históricos da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto - GEHVID)

Gonçalves Guimarães
Mestre em Arqueologia (Director da Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende, V.N.Gaia; assistente convidado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique)

Heloísa Santos
Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

Isabel Alexandra Lopes
Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

Isabel Maria Fernandes
Bolseira de Doutoramento do Praxis XXI / Universidade do Minho

Jorge Argüello
Doutorado em História (pela Univ. de Oviedo) e bolseiro de pós-Doutoramento da *Fundación para el Fomento de la Investigación Científica Aplicada y Técnica del Principado de Asturias*

Jorge Fortuna
Ecólogo (colaborador do Gabinete Municipal de Arqueologia e História da Câmara Municipal de Matosinhos)

Laura Castro
Mestre em História de Arte (Departamento de Museus e Património da Câmara Municipal do Porto)

Marcos Osório
Arqueólogo (Câmara Municipal do Sabugal)

Miguel Areosa Rodrigues
Mestre em Arqueologia (Instituto Português do Património Arquitectónico/Porto; investigador do GEVIHD)

Paula Barreira Abranches
Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

Paulo Dordio
Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

Ricardo Teixeira
Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

Susana Cosme
Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

Suzana Faro
Pós-Graduada em Museologia (Responsável pelo Museu da Indústria Têxtil, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão)

Thierry Aubry
Doutorado em Arqueologia (pela Univ. de Bordéus) (Parque Arqueológico Vale do Côa)

Sumário

Introdução 7

CAPÍTULO I
CENTROS DE POVOAMENTO:
UM PERCURSO PELAS VILAS MEDIEVAIS
Notas de viagem pelas vilas do Riba Côa e algumas vilas no Riba Douro 15
I – Quatro antigas vilas que guardavam o Douro:
Freixo de Espada à Cinta, Mós, Urros e Alva 15
II – No final do século XIII a aldeia de Torre de Moncorvo
substituiu a vila de Santa Cruz da Vilariça 18
III – Vila nova do rei D. Dinis na foz do rio Côa 22
IV – Vila Velha de Numão - Um projecto de investigação
arqueológica em curso 24
V – Três Comendas Velhas da Ordem de Cristo:
Longroiva, Muxagata e Meda 30
VI – Da «cidade» romana dos Aravi à vila medieval e moderna
de Marialva 32
VII – Da *penela* alto medieval de «Moraria» à vila fortificada
de Moreira de Rei 36
VIII – A vila de Trancoso onde D. Dinis festejou as bodas do casamento
com D. Isabel de Aragão 38
IX – Castelo Melhor e Almendra: duas vilas do reino de Leão
que passaram a ser uma só no Reino de Portugal 41
X – A vila leonesa de Castelo Rodrigo, a vila portuguesa de Pinhel
e o passo do Côa na Ponte Velha 43
XI – A vila medieval de Almeida sob a praça militar de fronteira
dos séculos XVII e XVIII 51
XII – A vila leonesa de Castelo Bom, a vila portuguesa de
Castelo Mendo e o passo do Côa no Porto de S. Miguel 55
XIII – Duas pontes do Côa no caminho entre três vilas leonesas
e duas vilas portuguesas 59

CAPÍTULO II
O APROVEITAMENTO DE RECURSOS E A CONSTRUÇÃO
DA PAISAGEM: UM PERCURSO PELAS QUINTAS
Apontamentos sobre a Vinha e o Vinho no Douro Superior 77
O Côa, as quintas e o povoamento romano subjacente 85
– As Quintas 85
– Quintas, *villae* e povoamento em época romana 87
– Outras modalidades do povoamento romano 90
– Percursos 92

CAPÍTULO III
CONSTRUÇÃO E ESPAÇO SAGRADO:
UM PERCURSO PELA ARQUITECTURA RELIGIOSA
Património Religioso Edificado e Arte Sacra.
Registo de ocorrências discretas 103
O Mosteiro Cistercience de Santa Maria de Aguiar 117

CAPÍTULO IV
SABERES TRADICIONAIS: O BARRO, O FERRO E A SEDA
A Olaria 135
– A olaria de Felgar / Larinho 136
– A olaria de Santa Comba / Barreira 137
A Olaria de Malhada Sorda 141
O trabalho do ferro 144
Olhares sobre a seda nas terras do Côa 151

CAPÍTULO V
TERRAS DO CÔA: DOMINANDO A PAISAGEM
Património Natural do Vale do Côa: uma abordagem 163
Senhora do Castelo de Urros 166
Senhora do Castelo da Adeganha 168
Senhora dos Montes Ermos 170
Marialva 173
Sabugal Velho 174
Caria Talaia 176
Sortelha 178

CAPÍTULO VI
TERRAS DO BAIXO CÔA:
PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA
As gravuras, a beleza e a liberdade 183
O povoamento paleolítico da bacia do baixo Côa 184
Do fim do Paleolítico à aquisição da Escrita no Baixo Côa 190
A arte do Côa e Alto Douro e o Centro Nacional de Arte
Rupestre (CNART) 196
Ler na Paisagem Contemporânea Paisagens Medievais e Modernas 202
Das Escavações arqueológicas ao Museu de Sítio da Ervamoira:
um programa global de investigação multidisciplinar 205
Projecto de Investigação Arqueológica do Território do Monte
do Castelo (Almendra) 209

Capítulo VI

Terras do Baixo Côa: percursos da investigação arqueológica

Fernando Maia Pinto
Thierry Aubry
António Faustino de Carvalho
António Martinho Baptista
Alexandra Cerveira Pinto S. Lima
Gonçalves Guimarães
Susana Cosme

PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO TERRITÓRIO DO MONTE DO CASTELO (ALMENDRA)

O rio Douro, pólo aglutinador de diferentes culturas, com um posicionamento estratégico e uma beleza incomum a que ninguém pode ficar indiferente, é dotado de características sociais e económicas bem definidas. Neste contexto, foi criado um Grupo de Estudos da História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID), em 1995, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, um grupo jovem e dinâmico, original nos termos em que trabalha e verdadeiramente orientado para a realidade regional que visa estudar: a história da vinha e da viticultura na região e, em particular, as rupturas e continuidades do povoamento do Alto Douro. É neste grupo e mais exactamente no grupo de História Medieval que se integra o Projecto de Investigação Arqueológica sobre o Território do Monte do Castelo (freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda).

Este projecto propõe-se realizar um estudo do território envolvente do Monte do Castelo com vista à localização da cidade de *Caliabria*, sede de bispado visigótico e compreender a estrutura político-económica do território.

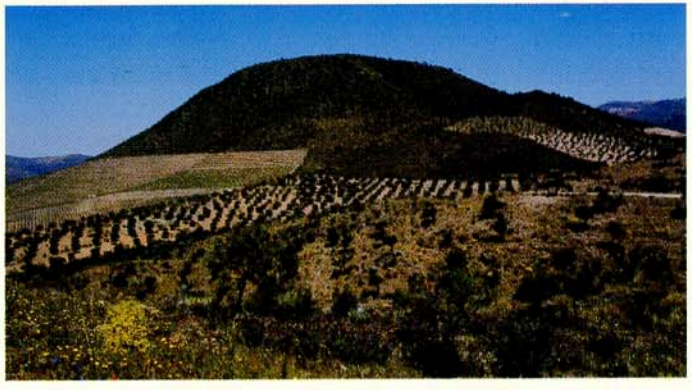

Fig. 1 – O *Monte do Castelo* ou *Tapada do Calabre*

O âmbito espacial abrange o território circundante ao Monte do Castelo, determinado através de acidentes geográficos bem definidos: ao Norte o rio Douro, a Sul, a Este e a Oeste montes e ribeiros que poderão ter tido papel importante na organização do território. A Ribeira de Aguiar atravessa de sudeste para noroeste a área do projecto.

Em termos geológicos, a área do projecto situa-se dentro da mancha de xistos grauváquicos, terrenos propícios à cultura da vinha, destinada essencialmente à produção do vinho do Porto. A oliveira e amendoeira são as outras culturas centrais na economia da região. O Monte do Castelo ou a *Tapada de Calabre*, como lhe chamam em linguagem popular, encontra-se a Sudeste, ocupada por um amendoal ainda hoje explorado. Na restante área predomina a vegetação rasteira, sobretudo giesta e, esporadicamente, algumas carvalheiras.

O âmbito temporal do estudo é o período de transição da época tardo-romana à alta Idade Média (séc.III ao séc.X), com principal ênfase no mundo visigótico, momento de criação e abandono do bispado de *Caliabria*.

Para a realização do projecto concebeu-se uma metodologia interdisciplinar que combine as técnicas de investigação arqueológica com os resultados obtidos nas análises laboratoriais, quer de cerâmicas, de metais ou de madeiras. Procura-se também conjugar resultados de sondagens geofísicas com sondagens arqueológicas. As características do território impõem, necessariamente, uma colaboração com especialistas nacionais ou estrangeiros de outras áreas de investigação – através de consultadorias ou simples aquisição de serviços, importantes para o estabelecimento de canais de transmissão de conhecimentos e de discussão científica entre investigadores com interesses comuns.

Os objectivos mais importantes são, portanto, a identificação da localização de *Caliabria*, interesse esse que é reforçado pelo conjunto de problemas históricos e arqueológicos que este local suscita, com vista a um melhor conhecimento da ocupação visigótica nesta região

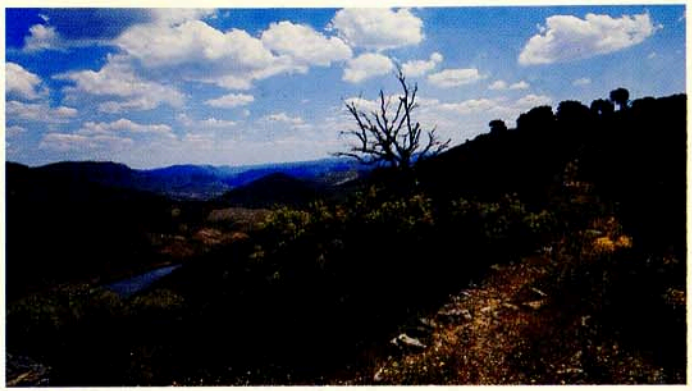

Fig. 2 – *Monte do Castelo.* Aspecto da muralha

fronteiriça do país; estudar a história do vinho e da viticultura na região, assim como valorizar o património construído e os vestígios arqueológicos, desenvolvendo-os enquanto aspectos económicos e culturais da região e do país.

Os trabalhos iniciaram-se em 1995 com recolha bibliográfica acompanhada de prospecção no Monte do Castelo e em alguns locais circundantes. O que aqui apresentamos são os resultados destes trabalhos introduzidos por uma pequena resenha histórica de Almendra, hoje sede de freguesia integrada no concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Não se conhecem as origens da fundação do povoado, se bem que existam referências a vestígios calcolíticos nos sítios de Casa do Fumo e no Poio do Gamoal; há vestígios da Idade do Ferro na área envolvente à Igreja Matriz e vestígios romanos num local denominado Chão do Morgado (COIXÃO, 1995; 1996).

As primeiras referências escritas a Almendra surgem-nos no séc. X, altura em que pertencia à Condessa D. Flâmula, o que se pode comprovar pelo seu testamento realizado em 960. Terá recebido Foral de D. Sancho I em Fevereiro de 1202 e Foral Novo de D. Manuel I em 1 de Fevereiro de 1510. Era uma das vilas mais povoadas da região, tendo-se mantido assim até meados do séc. XVIII (FRANKLIM, 1932).

Aquando da Restauração, os seus donatários eram os Condes de Castelo Melhor, tendo sido nesta altura que a fortaleza de Almendra foi restaurada. Dentro da fortaleza ficava a Praça, o Pelourinho, a Casa da Câmara, a Cadeia e a Torre do Relógio. Um pormenor curioso é o facto da Igreja Matriz estar fora da fortaleza e consequentemente da Vila. Ainda hoje apesar de estar integrada na malha urbana, a igreja encontra-se numa linha periférica em relação à aldeia.

No séc. XIX o concelho de Almendra foi extinto por decreto de 24 de Outubro de 1855, passando a pertencer ao concelho de Vila Nova de Foz Côa. (COSTA, 1929).

Fig. 3 – *Olival dos Telhões.* Em fundo, o *Monte do Castelo*

O património arquitectónico desta aldeia é importante, tendo em conta a sua dimensão, e conserva as características da região.

No que diz respeito aos edifícios religiosos, a Igreja Matriz é sem dúvida o monumento mais imponente pelo seu aspecto robusto de feição militar, destacando-se ainda a Capela de Nossa Senhora do Socorro localizada junto à Igreja Matriz. A Capela de S. Sebastião, na Rua do Calvário, datável do séc. XVII, e no largo da Amoreira, a Capela de Nossa Senhora da Misericórdia ou Capela de Nosso Senhor dos Passos de base quinhentista.

Quanto aos edifícios particulares o Solar dos Viscondes de Banho, edifício barroco, do séc. XVIII e a Casa do Conde de Almendra, do séc. XIX, são os exemplares mais significativos.

O caminho que conduz ao topo do Monte do Castelo é tão somente um caminho de pastor, íngreme, sobretudo no seu último troço, tornando a subida bastante difícil. O planalto com que nos deparamos resulta de dois planos inclinados, descendo um de nascente e outro de poente, confluindo numa linha que se orienta de Noroeste e Sudoeste, sendo o declive Este mais suave que o de Oeste.

Na zona de confluência dos dois planos inclinados notam-se traços da existência de uma linha de água que ali correrá em época de maior abundância, como referem aliás os testemunhos orais.

Fig. 4 – Moeda cunhada entre 353-355, do Imperador *Magnentius*, proveniente das escavações arqueológicas no Olival dos Telhões

No decorrer da prospecção já efectuada, desde logo se tornou evidente uma muralha, de datação imprecisa, como vestígio mais significativo da presença humana no local, a qual é perfeitamente visível a partir da meia encosta. Esta muralha contorna todo o perímetro do planalto, numa extensão de aproximadamente 1200m. Construída em xisto, sem recorrer ao uso de qualquer argamassa, subsiste apenas ao nível das suas fundações, sendo boa parte do pano Noroeste apenas adivinhável pela existência de um talude. Dos troços de muralha que subsistem, há que considerar possíveis alterações do aparelho, levadas a cabo ao longo do tempo pelos habitantes da região nomeadamente pelos pastores que frequentemente por ali passam, como se pode comprovar pelos abrigos e outras estruturas certamente associadas ao pastoreio que abundam no interior do recinto muralhado. Não se encontram quaisquer vestígios de portas, torres ou baluartes, que confirmem a sua função defensiva.

A prospecção levada a efeito na área cercada permitiu detectar dois silhares, um dos quais almofadado, e ainda uma ara descontextualizada aparentando vestígios de uma inscrição de difícil leitura, fracturada ao nível do capitel (COSME, 1996).

O projecto de investigação tem como principal objectivo esclarecer a existência no Monte do Castelo de uma ocupação humana, qual o seu tipo e quais as suas relações com a área circundante. A principal problemática que se levanta é o confirmar da tradição historiográfica segundo a qual no Monte do Castelo se localiza a *cidade visigoda* de *Caliabria*.

Caliabria nas actas do Concílio de Lugo é referida como uma paróquia do bispado de Viseu, adiantando que este local passou a ser sede episcopal nos tempos dos godos (ALMEIDA, 1967; COSTA, 1979). Com efeito, o Paroquial Suévico (579) refere a paróquia de *Caliabria* dentro do bispado de Viseu. É no entanto a Vitérico (603-610), a quem provavelmente se deve a edificação da diocese de *Caliabria*, desmembrando-a da de Viseu, tendo sido também nesse período que aí se cunhou moeda (MATEO Y LLOPIS, 1938; CABRAL, 1963). Os bispos de *Caliabria* figuram nos Concílios de Toledo, desde 633 até 693, deixando de existir após a invasão árabe, sendo *Caliabria* arrasada pelos invasores. A sede episcopal passa para Ciudad Rodrigo, depois da conquista da cidade pelos reis de Leon (FLOREZ, 1786; VIVES GATELL, 1963). Em 1171, D. Fernando II doou as ruínas da cidade, juntamente com outras propriedades, à catedral de Ciudad Rodrigo, cujo primeiro bispo usou o título de *Episcopus Caliabriensis*, enquanto o Papa não reconheceu a edificação da nova diocese, o que só veio a suceder em 1175 (CINTRA, 1959). Em 1209 encontramos *Caliabria* fazendo parte do termo de Castelo Rodrigo (CABRAL, 1968).

Fig. 5 – Fíbula anular, datável do séc. IV, proveniente das escavações arqueológicas no Olival dos Telhões

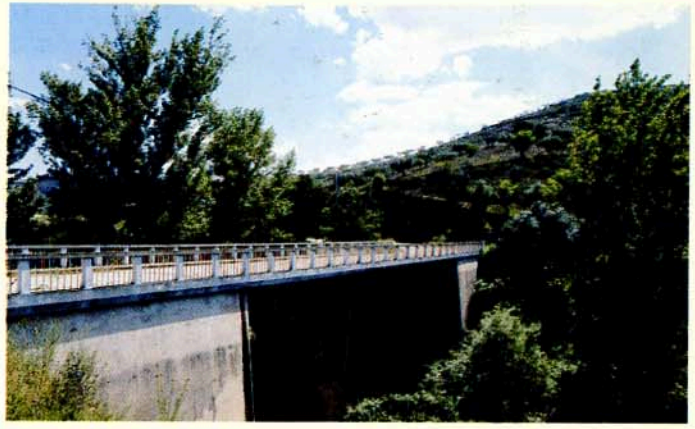

Fig. 6 – Ponte sobre a Ribeira do Aguiar, junto à capela de Nossa Senhora do Campo

Após estes trabalhos, recolha bibliográfica e de prospecção, decidimos realizar sondagens em Aldeia Nova/Olival dos Telhões, de forma a aclarar a possível relação entre o Monte do Castelo e Aldeia Nova/Olival dos Telhões o que nos parece provável, dada a proximidade dos dois locais e a contemporaneidade dos materiais aí encontrados. O facto de não se ter optado por sondagens no Monte do Castelo deveu-se essencialmente à falta de apoio logístico que não de interesse arqueológico, pois e apesar dos resultados frustrantes das sondagens realizadas por Nelson Rebanda, nos anos 80, que forneceram uma potência estratigráfica mínima, continuamos com intenções de realizar sondagens no local.

A Estação Arqueológica de Aldeia Nova/Olival dos Telhões encontra-se na Estrada Municipal 332, ao Km 4, e aquando da abertura dessa estrada foi brutalmente devassada. Hoje, se bem que continuem a classificar como Olival dos Telhões (o local está coberto por um olival e o solo coberto por fragmentos de material de construção romano: *tegula* e *imbrex*) o lado direito da estrada (COIXÃO, 1996), não nos podemos esquecer do lado esquerdo da mesma via, onde nos aparecem materiais à superfície e estruturas no corte. Com efeito, e tendo em conta que a área total da Estação ainda não está definida, os materiais e estruturas encontrados nas duas campanhas de escavação efectuadas levam-nos a crer que estaremos perante uma *Villa* tardo-romana (COSME, 1997). A primeira campanha realizada em 1996 não se revelou muito frutuosa, visto que das três sondagens realizadas apenas a última nos forneceu elementos de interesse arqueológico, as duas primeiras revelaram rocha-base (xisto) a 10 cm de profundidade.

Na segunda campanha, em 1997, alargou-se a sondagem do ano anterior pondo a descoberto vários muros, um deles com cerca de metro e meio de altura, com um aparelho em xisto, apresentando um dos muros, dois silhares de granito num dos cunhais. Junto a um dos muros encontrou-se uma canalização construída em lajes de xisto e associada a um piso em *opus signinum*.. Verificámos que a rocha-base (xisto) foi cortada para encaixar as diversa edificações, solução para um aproveitamento do declive do terreno. Não foi possível, no entanto, conhecer a funcionalidade destas estruturas, esperamos por uma próxima campanha e que ela se torne mais reveladora neste aspecto. Foi ainda detectado um nível de ocupação industrial, um forno, sobreposto ao derrube do telhado de *tegula* correspondente à edificação ou à área de edificação escavada. Este nível era formado por uma superfície composta de cinzas, carvões e terras negras, produto da actividade metalúrgica, que estava claramente associada a um forno de reducção ou fundição de mineral. Este forno tem características similares à maior parte dos achados no NW da Península Ibérica, particularmente os encontrados no Norte

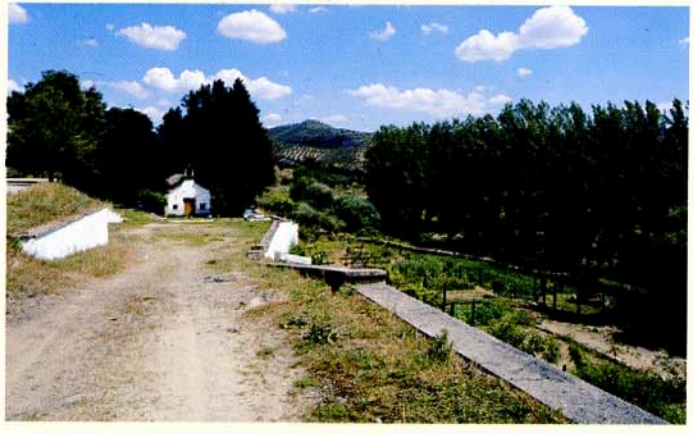

Fig. 7 – Capela de Nossa Senhora do Campo

de Portugal, Zamora e Astúrias. Trata-se de um forno circular, escavado na terra, cujas paredes foram realizadas com argilas refractárias, claramente marcadas pela actividade industrial. Uma parte desta estrutura, a conservada em planta, corresponde à área destruída na última fornada para extrair a massa composta pelos óxidos de ferro reduzidos, uma vez que o seu arrefecimento produziria uma inversão do processo de redução e, portanto, um ferro rígido e pouco moldável. A outra parte, a integrada no corte, parece conservar-se em bom estado, devendo estar oculta a parte do forno em que entrava o ar através de um fole de couro.

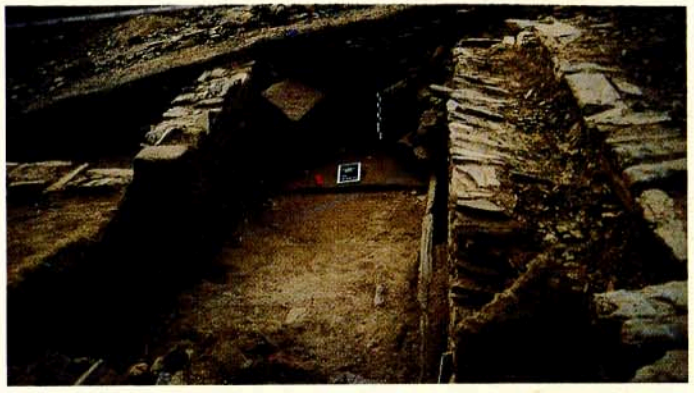

Fig. 8 – Aspecto das escavações arqueológicas no Olival dos Telhões

Apesar de em início de estudo, foram encontrados materiais cerâmicos tardo-romanos e alti-medievais. Do derrube de um telhado, para além de *tegula* praticamente inteira, foram detectados 32 pregos e pedaços de madeira do travejamento em relativo bom estado de conservação. De salientar ainda uma moeda cunhada entre 353-355 pelo imperador *Magnentius*, cujo centro emissor é Lyons, e uma fíbula anular datada do séc. IV.

Estão previstas para o local futuras campanhas arqueológicas, que esperamos que contribuam para uma melhor caracterização do sítio.

Ainda dentro da área definida para o desenvolvimento do nosso estudo há a referir um outro núcleo composto pela ponte sobre a Ribeira de Aguiar e a Capela da Senhora do Campo. Existindo referências a vestígios romanos junto à referida Capela, não foram no entanto ainda realizadas prospecções sistemáticas nesta área pela nossa equipa.

Na ponte sobre a ribeira de Aguiar podem observar-se, sob o actual tabuleiro em cimento, dois interessantes arcos em cantaria siglada, com talhamares triangulares, apresentando alterações ao seu traçado original (incluindo a sua solidificação com cimento), e que, provavelmente, será medieval. Em conjunto com estas estruturas existe um esbelto cruzeiro sem data de edificação ou qualquer outra inscrição (COSME, 1997).

Quanto à Capela de Nossa Senhora do Campo, é local de frequentes romarias, principalmente na segunda-feira de Pascoela (BIGOTTE, 1948). É uma capela simples, em cujos muros exteriores se observa a Via Sacra. A frontaria apresenta um campanário e pináculos triangulares encimando os cunhais em forma de pilastras de capitel dórico. A capela é de uma única nave, com um altar em talha dourada de influência setecentista, com vãos rectos de moldura simples. Tem duas imagens, uma de Nossa Senhora do Campo e uma de Nossa Senhora dos Prazeres.

Embora desconhecendo-se a data da sua fundação, sabemos que em 1758 já existia. Não será de excluir, no entanto, a possibilidade de neste local e em épocas anteriores já terem existido estruturas religiosas (COIXÃO, 1995; 1996).

De salientar, ainda, uma inscrição invertida num silhar exterior, que dada a sua posição deverá ser uma pedra reaproveitada.

Neste momento é este o ponto e o balanço dos resultados do projecto de investigação, isto é, são ainda escassos e não muito esclarecedores das questões a que nos propusemos encontrar resposta. Assim, foi entregue uma candidatura ao Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos para alargar este projecto a pelo menos mais quatro anos, visto o Grupo de Estudos da História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto (GEHVID) ter o seu *terminus* em 1999, prazo insuficiente para os objectivos esperados.

Susana Cosme

Bibliografia

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, vol.I, 1967, p.63.

BIGOTTE, P. José Quelhas – *De Nossa Senhora na Diocese da Guarda*, Guarda, 1948.

CABRAL, A. A. Dinis – *História da Cidade de Calíbria, em Almendra - subsídios*, Ed. da Casa da Beira Alta, Porto, 1963.

CABRAL, A. A. Dinis – *Carta dos Foros da Vila de Castelo Rodrigo (1209-1508)*, in, «Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra», vol.XXIII, Coimbra, 1968, pp. 147-150.

CINTRA, L.F. Lindley – *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo*, Lisboa, 1959, pp. 22-23.

COIXÃO, A. N. Sá – *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, Ed. da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, V. N. Foz Côa, 1996, pp.126-127 e 202-203.

COIXÃO, A. N. Sá, TRABULO, António A. R. – *Por Terras do Concelho de Foz Côa - Subsídios para a sua história, estudo e inventário do seu património*, Ed. da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, V. N. Foz Côa, 1995, pp.143-169.

COSME, Susana M. Rodrigues, MARQUES, M.ª do Rosário – *Monte Calabre - Rupturas e Continuidades na Organização do Povoamento...*, in, «Actas do II Congresso Internacional do Rio Douro», realizado entre os dias 25 de Abril e 1 de Maio de 1996, Vila Nova de Gaia (no prelo).

COSME, Susana M. Rodrigues – *Aldeia Nova - Resultados de uma primeira Sondagem*, in, «Actas do Ciclo de Comunicações e Visitas - Foz Côa Ano 2000», A.C.D.R. de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, em Abril de 1997 (no prelo).

COSTA, Américo – *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, Lisboa, vol.I, 1929, pp. 787-790.

COSTA, M. Gonçalves – *História do Bispado e Cidade de Lamego*, II, Lamego, 1979.

FLOREZ, Pe. Henrique – *España Sagrada*, Madrid, 1786, XIV, pp.36-55, XIX, pp.364-376, Ap.II, tratado XLIII.

FRANKLIM, Francisco Nunes – *Memória para servir de índice dos forais das terras do reino de Portugal e seus Domínios*, Edição anotada por Baptista de Lima, Póvoa do Varzim, Tipografia Camões, 1932, pp. 114-116.

LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, vol.I e II, Lisboa, 1874, p.150 e pp.47-48.

MATEO y LLOPIS, Felipe – *Catalogo de las Monedas Previsigodas del Gabinete Numismática del Museo Arqueológico Nacional*, N.º 312, Madrid, 1938.

NETO, Joaquim Maria – *O Leste do Território Bracarense*, Torres Vedras, 1975.

SOUSA, D. Gonçalo de Vasconcelos e – *Subsídios para o levantamento do Património Construído de Almendra*, Ed. da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, V. N. Foz Côa, 1993.

VIVES GATELL, José, MARIN MARTINEZ, Tomas, MARTINEZ DIEZ, Gonzalo – *Concílios visigóticos e hispano-romanos*, Instituto Enrique Florez, Barcelona-Madrid, 1963.